



Taquígrafos da Casa passarão a trabalhar com tablets 2

Regularização de dívidas com a União vai para o Plenário 5

Comissão aprova plano para reduzir morte no trânsito 8

Enfermeiros poderão se aposentar após 25 anos de trabalho 4

Avança código de proteção a usuário de serviço público 7

Fim de autos de resistência passa em colegiado 8

MP das concessões de transporte vai à sanção

Novas regras se aplicam aos contratos de infraestrutura do setor no Programa de Parceria de Investimentos

Foi aprovada no Plenário do Senado a medida provisória que estabelece condições para prorrogação e relicitação de contratos de parceria entre governo e empresas privadas nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário. As regras são restritas aos empreendimentos federais do Programa de Parcerias de Investimentos.

Com 48 votos favoráveis, 19 contrários e 1 abstenção, a proposta recebeu críticas da oposição porque muitos dos processos nela previstos poderiam ser licitados. O relator, Romero Jucá, argumenta que a MP permite que investimentos sejam alavancados. 3



Romero Jucá, relator, defende em Plenário a aprovação de MP sobre parcerias entre o governo federal e o setor privado



Murilo Portugal, da Febraban, fala em audiência ao lado de Tasso Jereissati

Bancos atribuem à inadimplência o custo elevado dos empréstimos

O presidente da Federação Brasileira dos Bancos, Murilo Portugal, reconheceu que os empréstimos bancários no Brasil são muito elevados e atribuiu a situação aos índices de

inadimplência e aos custos administrativos e tributários do país. O senador José Serra disse que os empréstimos poderiam baratear se houvesse maior concorrência no mercado bancário. 5

Segue para Plenário legalização do casamento homoafetivo

Projeto de Marta Suplicy reconhece legalmente a união estável entre pessoas do mesmo sexo foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Jus-

tiça, na forma do substitutivo de Roberto Requião. A proposta ainda terá que ser votada em Plenário devido a recurso apresentado por Magno Malta. 8



Magno Malta disse considerar uma aberração a proposta de Marta Suplicy

Reforma trabalhista terá mais uma análise

Foi aprovado ontem requerimento para que a reforma trabalhista seja analisada também pela Comissão de Constituição e Justiça, além das de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais. 3

Senadores questionam juro alto nos cartões

Argumentos de representante das administradoras de cartão de crédito sobre a taxa de até 494% ao ano no crédito rotativo não convencem em audiência da Comissão de Transparência. 7

Debatedores criticam mudança na Previdência

Na primeira audiência pública da CPI da Previdência, participantes afirmaram que a reforma proposta pelo governo não vai resolver problemas como sonegação, desvio e desonerações. 4

Audiência expõe preocupação com retorno do Funrural

Produtores rurais estão preocupados com a retomada da contribuição ao Funrural, tributo que financia aposentadorias no campo. Em audiência ontem, a categoria discutiu com senadores e deputados reivindicações como redução da alíquota e anistia da cobrança retroativa. Parlamentares e representantes do Executivo disseram que o governo deve negociar. 6



Debate feito pela Comissão de Agricultura do Senado em parceria com a Câmara e frente parlamentar lota auditório

Taquígrafos do Senado vão trocar o papel pelo tablet

Testes já começaram e migração deverá ser concluída até o final do ano, permitindo economia de papel e agilizando os trabalhos na Casa. Ontem foi comemorado o Dia do Taquígrafo

FOI COMEMORADO ONTEM o Dia do Taquígrafo, profissional que usa de técnicas de escrita abreviada e símbolos para transcrever pronúncias em tempo real. A Secretaria de Registro e Redação Parlamentar do Senado deve implementar até o fim do ano o uso total de tablets no trabalho dos taquígrafos, para ampliar o registro histórico e economizar 6 mil blocos de papel por ano.

— Estamos inseridos no contexto de modernização legislativa. Os dois grandes objetivos da adoção do tablet são a atualização de imagem e a economia de papel. O bloco e o lápis têm mais de 400 anos de uso e precisávamos de uma imagem mais moderna. Também calculamos uma economia em torno de 325 resmas anuais — diz Quésia de Farias, diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar, que é vinculada à Secretaria-Geral da Mesa do Senado.

Diretrizes estratégicas

A substituição do papel está de acordo com as diretrizes estratégicas do Senado para o período 2017-2018, que estabelecem aprimorar e automatizar processos de trabalho e modernizar sistemas legislativos e parlamentares. Além disso, leva-se em conta a continuidade de uma logística sustentável na instituição.

Por enquanto, o processo está em fase de transição. Quésia relata que diferentes modelos de aparelhos e aplicativos estão sendo testados.

— A mão do taquígrafo é extremamente ágil. Papel e lápis tornam isso possível, mas

o tablet às vezes falha, a caneta falha, o taquígrafo tem que voltar e aí já perdeu a palavra. Gera estranhamento porque cada um tem um ritmo, um costume. Há programas em que eu posso encostar a mão, outros não. Mas nós vamos nos adaptar. Uma das características do taquígrafo é a capacidade de adaptação — afirma.

A diretora diz que a área de Taquigrafia do Senado é uma das mais modernas e rápidas do mundo, graças ao sistema Escriba, que foi criado pelo Prodasen e compartilha todas informações de outros sistemas da Casa, o que facilita a produção da nota taquigráfica. Por isso, a dinâmica de trabalho do Senado está sendo exportada para a Câmara dos Deputados e assembleias legislativas e foi apresentado a Parlamentos de países de língua portuguesa, como Moçambique e Portugal.

— Somos uma fábrica do discurso, da palavra. Temos um grupo capacitado, com formação em língua portu-

guesa, em texto e discurso e em linguística, para fazer essa atuação. Temos organização suficiente para atuar horas e horas de uma sessão, como aconteceu no impeachment [de Dilma Rousseff]. Nenhum outro grupo faz isso com tanta rapidez e maestria — garante Quésia.

Tempo real

São 28 taquígrafos e 24 revisores responsáveis pelo registro de todas as falas, pronúncias e debates do Senado.

No Plenário, o atendimento acontece em tempo real, com os taquígrafos revezando entre si. Depois, o documento é enviado para a revisão, que disponibiliza o texto no site da instituição. A íntegra leva cerca de 50 minutos para ser publicada na internet.

Mesmo sendo um ofício antigo, implementado no Brasil na Assembleia Nacional Constituinte de 1823, a diretora considera que até agora não existe uma tecnologia capaz de substituir o ouvido e a atenção do taquígrafo.



Senado vai implementar o uso total de tablets no trabalho dos taquígrafos

Rose: data chama a atenção sobre acidentes do trabalho

Rose de Freitas (PMDB-ES) comemorou o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, celebrado no dia 28 de abril. A senadora disse, na terça-feira, que acontecem mais de 700 mil acidentes de trabalho por ano no Brasil, fazendo com que o país ocupe o quarto lugar no ranking internacional. Ela ressaltou que a data é importante para conscientizar a sociedade sobre a necessidade de medidas preventivas para evitar doenças e estimular a construção de um ambiente de trabalho mais seguro.



Ana Volpe/Agência Senado

Dário diz que governos não têm estratégia de prevenção à violência

Dário Berger (PMDB-SC) disse na terça-feira que os governos, tanto o federal quanto os estaduais, não possuem estratégia preventiva aos fatos de violência, especialmente nos grandes centros urbanos. Segundo ele, desde 2012, quatro ondas de violência ocorreram em Santa Catarina e as batalhas entre facções criminosas têm provocado insegurança, indignação e revolta na população. Para o senador, uma das principais razões é a falta de oportunidade para os jovens, que desempregados ingressam no mundo das drogas.



Marcia Maniz/Agência Senado

Kátia Abreu denuncia situação dos hospitais públicos no Tocantins

Kátia Abreu (PMDB-TO) defendeu, na terça-feira, a urgente modernização no gerenciamento da rede hospitalar do Tocantins e denunciou as péssimas condições do Hospital Regional de Augustinópolis, na região norte do estado, conhecida como Bico do Papagaio. A senadora avaliou que a gestão da saúde no estado é muito ruim e que um exemplo a ser copiado é o da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, um hospital organizado, que só gasta o que recebe, paga em dia a folha salarial e trata os pacientes com respeito.



Marcia Maniz/Agência Senado

Curso sobre sustentabilidade no setor público com vagas abertas

Estão abertas as inscrições para o curso sobre sustentabilidade no setor público, organizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado. Serão quatro aulas nos dias 8, 15, 22 e 29 de maio, das 16h às 18h. Há 70 vagas destinadas tanto ao público do Senado quanto ao externo.

Entre os temas que serão discutidos, estão conceitos como capitalismo natural e ética aplicada, a viabilidade no uso de sistemas sustentáveis e a necessidade de implantação de uma agenda sustentável no setor público.

Segundo o professor do curso, Mário Viggiano, que é servidor do Senado, a ideia é criar uma cultura de sustentabilidade.

— São mudanças e hábitos que precisam ser urgentemente incorporados para que nossas atuações sejam mais sustentáveis, visando não só maximizar insumos, mas também reduzir as emissões de gás carbônico.

MATRÍCULA
• Nome completo e CPF para cotren@senado.gov.br
• Outras informações: (61) 3303-2101

Pedro Chaves: Câmara precisa suspender cobrança de bagagem

Pedro Chaves (PSC-MS) cobrou da Câmara, na terça-feira, a votação do projeto (PDS 89/2016), de Humberto Costa (PT-PE), que susta resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) autorizando as empresas aéreas a cobrarem pelo despacho de bagagens (PDC 578/2016 na Câmara).

O senador também pediu que os cidadãos votem no site Bagagem sem Preço, iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra a cobrança por bagagens despachadas em voos.



Ana Volpe/Agência Senado

Randolfe critica decisão judicial que suspende cotas

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) criticou na terça-feira uma decisão judicial que suspendeu a segunda chamada de aprovados na Universidade Federal do Amapá (Unifap). Um candidato solicitou à Justiça Federal no estado a suspensão do critério de cotas, que reserva 50% das vagas para negros, na segunda fase do processo seletivo. A universidade recorreu da decisão.

Para o senador, a decisão “coloca em xeque” a aplicação da política, “uma conquista civilizatória por parte da sociedade brasileira.



Marcia Maniz/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos proferidos por senadores no Plenário depois da ordem do dia serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CRE Sabatinas

9h A Comissão de Relações Exteriores sabatina embaixadores indicados para Zimbábue e Zâmbia. Depois, aprecia 6 acordos internacionais e lê a indicação de embaixadora para a Irlanda.

PLENÁRIO Lomanto Júnior

9h Homenagem ao político baiano Lomanto Júnior por 49 anos de vida pública. Às 14h, sessão não deliberativa.

MP 763/2016 Saque do FGTS

9h30 A comissão mista da medida provisória que autoriza saque de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço promove audiência interativa com a participação do presidente da Caixa Econômica Federal, Gilberto Occhi, de representantes dos empregados da instituição financeira e do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Wagner Freitas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Medida sobre concessões de infraestrutura vai à sanção

MP regulamenta a prorrogação e a relicitação de contratos de parceria entre o governo e empresas nos setores rodoviário, ferroviário e de aeroportos

O SENADO APROVOU ontem a MP das Concessões. Foram 48 votos favoráveis, 19 contrários e 1 abstenção. O texto, que agora segue para sanção, estabelece condições para a prorrogação e a relicitação de contratos de parceria entre governo e empresas privadas nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário. As regras são restritas aos empreendimentos federais que fazem parte do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), criado pela Lei 13.334/2016.

O texto é o projeto de lei de conversão aprovado pela Câmara (PLV 3/2017), que modificou a medida provisória (MP 752/2016). O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) não será mais responsável pelo controle patrimonial e contábil dos bens operacionais da atividade ferroviária e poderá autorizar a concessionária a vender bens inservíveis localizados na faixa de domínio da ferrovia.

O projeto permite que os contratos do setor ferroviário contemplem novos trechos ou ramais ferroviários com extensão necessária para atender polos geradores de carga. Esses investimentos serão realizados por conta e risco do contratado e não gerarão indenizações ao término do contrato.

Debates

Mesmo aprovado com ampla maioria, o PLV 3/2017 recebeu muitas críticas, principalmente da oposição. Roberto Requião (PMDB-PR) classificou a MP enviada pelo Executivo de “maracutaia”. Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que a medida



Cássio Cunha Lima e Ana Amélia em sessão que debateu e aprovou a medida

foi “encomendada pelas concessionárias de ferrovias” e que, ao permitir prorrogações sem novas licitações, colocará grande poder de negociação nas mãos dos ministros da Casa Civil, Eliseu Padilha, e do PPI, Moreira Franco, que estão sendo investigados pela Operação Lava Jato.

— Se aprovada, estaremos autorizando que as negociatas do governo sejam prorrogadas por 30 anos — disse Randolfe.

Segundo Lindbergh Farias (PT-RJ), a MP é absurda porque muitos dos processos nela previstos poderiam ser licitados.

— A disputa, a licitação, a concorrência é de interesse público, diminui preços dos contratos — disse.

Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), a prorrogação antecipada não garantirá investimentos em infraestrutura.

O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), e o relator-revisor, Wilder Moraes (PP-GO), defenderam o texto para que investimentos sejam alavancados.

Wilder disse esperar mais de R\$ 25 bilhões de novos investimentos em infraestrutura de transportes nos próximos anos.

Arbitragem

O PLV também determina a adoção de arbitragem depois de decisão administrativa definitiva quanto a direitos

patrimoniais disponíveis. O Poder Executivo regulamentará o credenciamento de câmaras arbitrais para essa finalidade. Terão direito à arbitragem todos os contratos nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário, e não apenas àqueles de parceria previstos na MP.

No caso da figura da relicitação, novidade na legislação, será permitido ao contratado propor, sob determinadas condições, a rescisão amigável do contrato de parceria em vez de deixar que continue o processo de caducidade por descumprimento do contrato.

Prazos

A MP das Concessões foi aprovada pela Câmara na terça-feira, chegou ao Senado na manhã de ontem e foi aprovada no início da noite. Diversos senadores reclamaram por terem menos de 24 horas para analisá-la. Presidindo a sessão, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) conseguiu acordo para votação da proposta sem o mínimo de sete dias para análise.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), disse que o Senado não poderia votar o texto. Mas Jucá, líder do governo, garantiu uma emenda de redação que atendeu o pleito dos líderes e impediu que a MP voltasse à Câmara dos Deputados e perdesse a validade.

Antes do Plenário, três comissões analisarão reforma trabalhista

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento para que a reforma trabalhista proposta pelo governo federal (PLC 38/2017) seja analisada também pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Inicialmente, o projeto de lei foi despachado somente para as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS). Senadores da oposição cobraram o envio da proposta também para a CCJ.

Segundo argumentaram os senadores anteontem, a CCJ precisa ser consultada porque a reforma altera uma das legislações mais antigas, extensas e influentes do país, que é a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A líder do PT, Gleisi Hoffmann (PR), comemorou a análise pela CCJ, mas ressaltou a importância da proposta

passar também pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), se reuniu ontem com a oposição e representantes de centrais sindicais para tratar da reforma.

Diálogo

Os sindicalistas pediram mais diálogo com os senadores e que a reforma não receba o mesmo tratamento que teve na Câmara.

Compareceram à reunião a Central Única dos Trabalhadores, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, a Força Sindical, a Nova Central Sindical de Trabalhadores, a Intersindical e a União Geral dos Trabalhadores (UGT), além dos líderes partidários Gleisi Hoffmann, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

PEC do foro privilegiado precisa de mais uma sessão de discussão

A proposta que restringe o foro privilegiado passou ontem pela segunda sessão de discussão, em segundo turno, no Plenário do Senado. Apresentada por Alvaro Dias (PV-PR), a PEC 10/2013 só precisa de mais uma etapa de debates para ser votada.

O texto em discussão é o substitutivo do relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que consolidou a proposta com a PEC 18/2014, de Acir Gurgacz (PDT-RO), e emendas. Segundo o texto, o foro especial fica extinto para as autoridades nas infrações penais comuns e mantido para os chefes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União tanto em crimes comuns quanto nos de responsabilidade.

A PEC também permite a prisão de membros do Congresso condenados em segun-

do grau nas infrações comuns. Caso receba 49 votos favoráveis no Senado (no primeiro turno obteve 75), a proposta seguirá para a Câmara.

Estupro

Os senadores também cumpriram a quinta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 64/2016, de Jorge Viana (PT-AC), que torna imprescritível o crime de estupro.

A PEC 77/2015, que cria o Simples Municipal, e a PEC 103/2015, que permite ao Congresso entrar em recesso em julho mesmo sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), passaram pela quarta sessão de discussão em primeiro turno. Já a PEC 2/2017, que estabelece os tribunais de contas como órgãos permanentes, teve a primeira discussão em primeiro turno.

Lasier diz que decisões do STF ameaçam a Lava Jato

Diante da decisão de uma das turmas do Supremo Tribunal Federal de soltar José Dirceu, Lasier Martins (PSD-RS) afirmou ontem acreditar que a Operação Lava Jato está sob forte ameaça. José Dirceu agora espera em liberdade o julgamento dos recursos dos processos em que ele é réu.

Lasier Martins contou que fez um levantamento de outros pedidos de habeas corpus examinados pelo STF e que resultaram na manutenção da prisão.

— Há dois pesos e duas medidas — criticou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ângela defende PEC do fim do foro privilegiado

Dados apresentados por Ângela Portela (PDT-RR) mostram que, de 1988 para cá, apenas 4,6% das ações penais que chegaram ao STF foram julgadas e somente 2,2% no STJ. Diante desse quadro, defendeu ontem em Plenário a aprovação da PEC 10/2013, de Alvaro Dias (PV-PR), que acaba com o foro privilegiado para autoridades públicas, com exceção para os presidentes da República, da Câmara, do Senado e do STF. Argumentou que os tribunais superiores não têm pessoal ou estrutura para examinar tantos processos, passando a impressão de impunidade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Medeiros: PT “aparelhou” Ministério da Educação

José Medeiros (PSD-MT) criticou ontem o que chamou de aparelhamento político-partidário pelo Partido dos Trabalhadores da estrutura do Ministério da Educação. O senador disse em Plenário que, pouco antes de seu afastamento, a ex-presidente Dilma Rousseff editou decreto agendando a Conferência Nacional de Educação para o primeiro semestre de 2018. José Medeiros entende que a antecipação do evento criou dificuldades para os entes federados e se destinava a criar mobilização para as eleições presidenciais.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Humberto culpa governo por violência no campo

Humberto Costa (PT-PE) responsabilizou o governo pelo aumento da violência contra as minorias. Para ele, o Palácio do Planalto agiu como cúmplice no caso da chacina que vitimou nove trabalhadores rurais em Colniza (MT).

De acordo com o senador, os números da violência rural são os maiores dos últimos dez anos e estes casos nem podem ser chamados de conflitos porque os trabalhadores rurais são agredidos e mortos sem chance de defesa.

Ele lamentou também o aumento da violência contra os índios.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Intenção de CPI é abrir “caixa-preta” do setor, afirma Hélio José

Relator da CPI da Previdência, Hélio José (PMDB-DF) destacou na terça-feira o início dos trabalhos do colegiado e afirmou que a intenção é “abrir a caixa-preta” do setor.

O senador disse que a CPI buscará aprimorar a proposta do governo, que encontra resistência e, segundo Hélio José, corre o risco de não ser aprovada. Ele também afirmou que os trabalhadores não podem ser penalizados, caso se verifique que há um rombo nas contas da Previdência.

— Os trabalhadores e os servidores estão apreensivos. Ainda não há consenso na sociedade, mas há uma posição que se amplia sobre a proposta: tal como está, é difícil de ser aceita.

Vanessa pede discussão ampla sobre mudanças trabalhistas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) registrou reunião no gabinete da Liderança do PMDB entre senadores e representantes sindicais.

Para a ela, a Mesa do Senado acertou ao decidir não dar regime de urgência à reforma trabalhista (PLC 38/2017). Em vez disso, o texto será submetido às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS). A senadora defende que a reforma seja debatida ainda pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Direitos Humanos (CDH). Ela acusou o governo de colocar a culpa da crise no trabalhador.

Bezerra avalia que reforma vai gerar mais empregos

Para Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), a reforma trabalhista é o único meio para a retomada do investimento e do emprego.

O senador afirmou que o atraso na legislação faz com que a abertura de postos de trabalho se torne cara e que a alta informalidade deixa milhões de trabalhadores sem direito algum.

Para ele, a modernização da CLT vai reconhecer as modalidades alternativas de trabalho do século 21. A nova legislação, segundo estudo citado, poderá reduzir de imediato em até 10% o desemprego.

Para debatedores, reforma não equilibra Previdência

Em audiência na CPI, eles avaliaram que proposta do governo não resolve problemas como desonerações, sonegação e seguridade social desviada

AS CAUSAS DO desequilíbrio nas contas da Previdência Social, como empresas devedoras, desonerações e uso das contribuições sociais para outras finalidades que não a seguridade social, não são resolvidas pela proposta de reforma apresentada pelo governo. A crítica foi feita durante a primeira audiência pública da CPI da Previdência, ontem.

De acordo com o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Carlos Filho, somente em 2015, mais de R\$ 46 bilhões em contribuições previdenciárias dos empregados deixaram de ser pagos pelas empresas à União. A tendência é de piora do quadro, já que a ineficiência arrecadatória pulou de 22% em 2012 para 35% em 2015.

— E assusta mais saber que esse número é conhecido pelo governo federal porque é declarado pelo devedor — disse.

Para ele, o governo não prioriza a fiscalização dessas contribuições, o que gera um volume alarmante de tributo não recolhido, com dívida reconhecida pelo sonegador e não inscrita em dívida ativa. O dirigente declarou que o sindicato entende que a reforma é “inconstitucional, ilegítima e não representativa das necessidades do povo brasileiro”.

A dívida ativa da União já alcança, hoje, mais de R\$ 1,8 trilhão, dos quais mais de R\$ 400



Carlos Filho, Hélio José, Paulo Paim e Achilles Frias durante audiência na CPI

bilhões são de dívidas relativas à Previdência, informou o presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), Achilles Frias. Para ele, “há um interesse claro de paralisar a procuradoria, privatizar a dívida por meio de securitização e vendê-la para os bancos, em sua maioria, grandes devedores”.

— Existe muito dinheiro. E existe um órgão responsabilizado pela cobrança cada vez mais sucateado porque não há interesse do governo em que esse dinheiro seja cobrado.

Cálculo

Frias criticou o fato de deputados devedores votarem textos que concedem perdão de dívidas, como a MP 766/2017, que instituiu o Programa de Regularização Tributária (PRT).

Segundo o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Vilson Romero, receitas que deveriam ser destinadas à seguridade social são usadas para pagar a dívida pública. Dados mostrados pelo auditor apontam que, incluindo as contribuições

Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e para o PIS-Pasep nos recursos da seguridade social, o total das receitas em 2015 seria de R\$ 694 bilhões. A despesa com a seguridade social, por sua vez, seria de R\$ 683 bilhões, o que significa um superavit de R\$ 11 bilhões, e não o rombo anunciado pelo governo.

— A reforma não resolve os problemas da Previdência porque o déficit no meio rural não vai ser solucionado, os militares não foram incluídos e os estados e municípios também não são citados no texto.

Desoneração

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), Cláudio Damasceno, lembrou que o governo eliminou a contribuição previdenciária sobre a folha de um grupo de empresas com atuação em atividades econômicas específicas e adotou uma nova contribuição previdenciária sobre a receita bruta. Essa desoneração teria retirado da folha de pagamento, entre 2012 e 2016, mais de R\$ 80 milhões.

Enfermeiros poderão ter aposentadoria especial

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto (PLS 349/2016) que reconhece a atuação dos profissionais da enfermagem em atividades de risco físico e biológico, o que garante aposentadoria especial à categoria após 25 anos de profissão. O texto segue para votação no Plenário do Senado.

A proposição foi sugerida pela Federação Nacional dos Enfermeiros. O relator, Paulo Paim (PT-RS), considerou que a atividade é de risco e isso deve ficar claro na legislação. Ele lembrou que decisões da Justiça já vêm tratando o tema como um direito consolidado. Assim, o projeto não cria novo benefício, apenas confirma o previsto no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), disse Paim.

O texto diz que poderão

ser averbadas contribuições de outros institutos de previdência — municipal, estadual e federal —, desde que comprovem que o profissional trabalhou na área no período requerido. A aposentadoria especial será uma renda mensal de um salário-benefício.

Em defesa do projeto, Eduardo Amorim (PSDB-SE), que é médico, disse não haver dúvidas de que o pessoal de enfermagem trabalha em ambientes insalubres, com alto risco de contaminação e, por isso, merece a aposentadoria especial.

Justa causa

Os parlamentares não aprovaram o relatório de Otto Alencar (PSD-BA) pela rejeição do PLS 90/2016 — Complementar, do ex-senador Donizeti Nogueira, que estabelece a

progressividade da indenização devida ao empregado dispensado sem justa causa em função da duração do contrato de trabalho. Contratos de até 10 anos receberiam 40% de indenização sobre os depósitos do fundo de garantia, o que é estabelecido atualmente; 45% para vínculos entre 10 e 20 anos; 50% para contratos de 20 a 30 anos; e 55% para contratos superiores a 30 anos.

Ao propor a rejeição, Otto argumentou que o aumento do percentual da indenização não altera o quadro. A dispensa sem justo motivo continuaria a ser lícita, ficando apenas mais onerosa, mas os senadores presentes à reunião não concordaram com os argumentos. Ângela Portela (PDT-RR) deverá apresentar novo relatório sobre a proposição.

Na avaliação de Lindbergh Farias (PT-RJ) classificou de vitoriosa a greve geral de 28 de abril. Segundo ele,

o movimento paralisou 40 milhões de trabalhadores. O senador ressaltou que a paralisação “foi a maior do país”, tendo mobilizado professores, metroviários, rodoviários, comerciários e trabalhadores rurais em todos os estados.

Ele defendeu a antecipação das eleições gerais de 2018 para 2017 e disse que o eleitorado precisa de “alguém com legitimidade para tirar o país da crise”.

— Estamos mergulhados em uma crise violentíssima.

Gleisi responsabiliza Temer por escalada de violência no país

A violência contra trabalhadores rurais, indígenas e estudantes mostra que os direitos humanos não estão sendo respeitados, disse Gleisi Hoffmann (PT-PR). Ela destacou a prisão de membros do MST na greve geral da sexta-feira passada.

A senadora afirmou que, num governo que é dominado por homens e inibe as discussões de gênero, os machistas têm carta branca para expor seu preconceito. Para Gleisi, Temer é o responsável pela escalada da violência.

— Se tivesse decência, solitaria nota, chamaria o movimento, orientaria as polícias para não fazer [agressões].

Amorim pede derrubada de veto a lei que muda tributo

Eduardo Amorim (PSDB-SE) defendeu a derrubada do veto do presidente Temer à parte da lei que reformou a cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS). Para o senador, o Planalto não foi justo com os municípios quando vetou o dispositivo que transferia o ISS da cidade do prestador do serviço para a dos clientes de cartões de crédito e débito, leasing e planos de saúde.

A transferência de tributação é uma antiga reivindicação dos prefeitos. Para Amorim, com a norma em vigor, 63% da arrecadação do ISS fica com 35 municípios.



Ana Volpe/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado

Inadimplência encarece empréstimo, diz banco

Presidente da Federação Brasileira dos Bancos afirmou em audiência pública que custos administrativos, tributários e regulatórios contribuem para tornar crédito tão caro no Brasil

O PRESIDENTE DA Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Murilo Portugal, afirmou que os empréstimos no Brasil são quatro vezes mais caros do que na maioria dos países de economia relevante e atribuiu isso à taxa de inadimplência e aos custos administrativos, tributários e regulatórios.

— Os custos da inadimplência são elevados porque o Judiciário demora bastante para decidir e existe certo viés na legislação e na jurisprudência em favor do devedor inadimplente. Apenas 16% dos créditos garantidos são recuperados no Brasil, e o tempo médio é de quatro anos na recuperação — afirmou Portugal em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O presidente da Febraban reconheceu que os *spreads*

bancários são elevados demais no Brasil. *Spread* é a diferença entre os juros que o banco cobra ao emprestar dinheiro e a taxa que ele mesmo paga ao captar dinheiro.

— Por que os bancos estatais praticam o mesmo *spread* dos privados? Por que os bancos estrangeiros praticam aqui *spread* mais elevado do que em outros países? Por que os bancos estrangeiros resolveram deixar o varejo e não conseguiram praticar aqui um custo mais baixo do que em outros países? A resposta é que os custos da intermediação financeira no Brasil são elevados demais.

O gerente-executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Pinheiro de Castelo Branco, criticou o tamanho dos *spreads*.



O senador Tasso Jereissati (à mesa, 4º à esq.) ouve os argumentos do representante dos bancos, Murilo Portugal (5º à esq.)

— Nosso ponto é muito fora da curva. O custo está presente até indiretamente, quando trabalhamos com custo associado das operações financeiras.

Para reduzir o custo dos empréstimos, o presidente da Febraban sugeriu a adoção de contratos por meios eletrônicos remotos, a melhora no marco

legal do empréstimo consignado privado, o aperfeiçoamento da Lei de Falências e a inclusão de duplicatas em registro eletrônico de ativos.

Segundo Armando Monteiro (PTB-PE), “os *spreads* constituem algo muito desafiador”.

— O Brasil não vai construir uma economia dinâmica se

não mudar o padrão de financiamento da economia.

José Serra (PSDB-SP) criticou a concentração bancária:

— Cinco bancos detêm 91% do mercado nacional. Nos EUA, 48%. Não é possível que isso não afete os custos. Precisamos estimular a entrada de capital externo na área bancária.

Aprovado, texto da regularização tributária segue para o Plenário

A medida provisória que cria o Programa de Regularização Tributária para empresas em débito com a União foi aprovada ontem pela comissão mista. Agora, a MP 766/2017 será submetida ao Plenário da Câmara dos Deputados. Segundo o presidente da comissão, senador Otto Alencar (PSD-BA), o projeto ajudará na retomada nacional do emprego e da renda. O relator, deputado Newton Cardoso Júnior (PMDB-MG), acatou diversas emendas da comissão.

Pelo texto aprovado, dívidas tributárias de empresas com a Receita e com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), vencidas até 31 de março de 2017, poderão ser refinanciadas. Empresas em recuperação judicial também poderão aderir. Em troca do recebimento em espécie de

20% do montante devido, a União aceitará a liquidação do valor remanescente com créditos decorrentes de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). Serão admitidos também créditos de empresas controladoras ou controladas, direta ou indiretamente.

O refinanciamento poderá ser em até 240 parcelas, com “bônus de adimplência” a partir de seis meses de regularidade com desconto de 10% nos juros sobre cada parcela mensal. Também poderão ser parcelados os valores de juros, multas e encargos que estejam pendentes. A participação será cancelada se não houver pagamento de três parcelas consecutivas ou de seis alternadas e fraudes como esvaziamento patrimonial.

Isenção de adicional de frete deverá valer até 2022

A comissão mista que analisou a Medida Provisória (MP) 762/2016 aprovou ontem o relatório do deputado Felipe Maia (DEM-RN), que prorroga até 2022 a isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante sobre mercadorias cuja origem ou destino sejam portos nas Regiões Nordeste e Norte. A aprovação ocorreu após acordo entre parlamentares da base governista e da oposição.

De acordo com Maia, a prorrogação da isenção significará economia de pelo menos R\$ 300 milhões por ano aos usuários desses serviços. O texto segue agora para análise dos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

O texto original da MP previa a prorrogação da isenção somente por mais dois anos (até janeiro de 2019) e Maia concordou em prorrogar por mais cinco anos após o líder

do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE), comprometer-se a buscar um entendimento com a área econômica, que vinha resistindo a um alongamento maior na política de isenção. Maia disse que sempre defendeu a prorrogação por cinco anos, mas não queria ser responsabilizado depois por eventual veto do texto pelo governo.

Redução de custos

O acordo na comissão foi celebrado, entre outros, por Eduardo Braga (PMDB-AM): — Isso significa custo 25% menor em cada tonelada transportada. Aumenta o potencial de atração de investimentos privados, no que tange à competitividade do frete.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também votou favoravelmente ao texto.

— O grande objetivo é baixar os custos na navegação de

longa distância, sobretudo nas regiões que mais precisam dessa isenção, sem prejuízo para as outras regiões do país.

Pelo texto, fica mantida a isenção até 8 de janeiro de 2022 nas navegações de cabotagem, interior fluvial e lacustre.

Maia defendeu ainda que a desoneração tributária do transporte aquaviário tem mostrado resultados positivos no barateamento dos fretes.

— E mais do que isso, a matriz brasileira de transportes é muito concentrada em rodovias, então o incentivo a uma distribuição mais equilibrada entre modais ganha ainda mais relevância — ressaltou.

Ele também citou a exposição de motivos do governo, que reconhece que “o viés rodoviário acentuado, além de encarecer os fretes, traz ineficiência econômica e pressiona os gastos públicos”.

Viana diz que é criminosa a taxa dos cartões de crédito

Jorge Viana (PT-AC) disse ser “criminosa” a taxa cobrada pelas administradoras de cartão de crédito. A média nacional é de 494% de juros ao ano para quem não pode pagar ou decide parcelar a fatura. Em países vizinhos, essa taxa é bem menor. Segundo o senador, no Peru e na Argentina é de 43% e no México gira em torno de 23%. Por isso, acrescentou, instituições financeiras continuam a lucrar mesmo na crise. Informou que apresentará projeto com exigência do cartão mostrar o valor médio de juros anuais na página de oferta da modalidade de crédito.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Gurgacz cobra duplicação de rodovia federal em Rondônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) registrou a realização de uma audiência da Comissão de Infraestrutura (CI) em Porto Velho na sexta-feira sobre a duplicação da BR-364 em Rondônia.

Segundo ele, a rodovia, de pista simples, apresenta um risco constante para os usuários. Ele enfatizou que a obra é importante para a economia porque ajuda a escoar a produção do estado. E a melhor forma para a duplicação sair do papel, segundo ele, é usando o modelo de concessão.

— É preciso concessioná-la e fazer a concessionária duplicá-la.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Elmano destaca crescimento da energia eólica no Piauí

Elmano Férrer (PMDB-PI) destacou o avanço da energia eólica no Piauí e disse que o estado é o quinto maior produtor nacional, responsável por 10% da energia eólica consumida no país. O senador explicou que a produção concentra-se no semiárido piauiense, constantemente afetado pela estiagem, e que a construção de 39 parques eólicos abre um novo leque de oportunidades.

De acordo com ele, a capacidade das usinas instaladas no semiárido piauiense é quatro vezes superior à capacidade instalada da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, construída no Rio Parnaíba.



Moacir Menezes/Agência Senado

Armando critica paralisação de obras públicas em Pernambuco

Armando Monteiro (PTB-PE) criticou a paralisação de obras em municípios de Pernambuco identificadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, como a Barragem de Serro Azul e o Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitanga.

Ele afirmou que empreendimentos públicos inconclusos geram revolta da sociedade, que avalia que o principal ônus é sempre dela. Segundo Armando, o TCE pediu explicações aos gestores e medidas para regularizar os 1.422 contratos, cujo orçamento chega a mais de R\$ 5 bilhões.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Produtores expõem temor com volta do Funrural

Impacto da retomada da contribuição sobre o setor agropecuário foi tema de audiência pública conjunta no Senado. Dirigentes pedem redução da taxa e anistia do passivo, entre outros pontos

DIRIGENTES DO SETOR rural expuseram ontem a senadores, em audiência pública, sua preocupação com a retomada da contribuição ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), tributo que financia aposentadorias dos empregados no campo.

O tributo foi tornado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em março. Com a decisão, o empregador rural pessoa física terá de contribuir com alíquota de 2,3% sobre a receita bruta da comercialização dos produtos.

Outra consequência será a obrigação de pagar contribuições retroativas há cinco anos, período em que muitos setores deixaram de recolher com base em decisões judiciais provisórias ou mesmo por livre opção dos produtores. A crença é de que estavam amparados por decisão anterior do Supremo, de 2010, que também tratou da constitucionalidade da exigência do tributo. Considerado impagável, o passivo pode chegar a R\$ 20 bilhões.

Na audiência, os produtores rurais apresentaram reivindicações, como anistia do passivo, redução da alíquota para o futuro e a opção de recolhimento do Funrural sobre a folha de pagamento dos em-

pregados ou pela receita bruta.

A audiência foi feita em conjunto pelas Comissões de Agricultura do Senado e da Câmara dos Deputados, com apoio da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), que reúne membros das duas Casas.

Ivo Cassol (PP-RO), que preside a Comissão de Agricultura do Senado (CRA), anunciou que os parlamentares serão recebidos na terça-feira pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para tratar da questão. O senador destacou a importância da audiência, para alinhamento de propostas:

— Precisamos ouvir todos os lados, para fazer o melhor pelo setor produtivo.

Decisão inesperada

O representante do Ministério da Agricultura, Sávio Pereira, disse que a decisão do STF preocupa, pois foi inesperada e atinge o setor em momento de queda da rentabilidade. Ele estimou em R\$ 12,6 bilhões o volume anual a ser arrecadado.

— Essa é a preocupação que o ministério está levando ao resto do governo, notadamente a área financeira e previdenciária: a de que o setor terá dificuldade de arcar com isso.

O procurador da Fazenda Nacional Leonardo Alvim, que representou o Ministério da Fazenda, adiantou que a pasta



Em protesto contra a cobrança da contribuição, produtores rurais lotam auditório do Senado durante audiência pública

vem tendo reuniões com outras áreas do governo para estudar alternativas.

Para o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, deputado Sergio Souza (PMDB-PR), a decisão do STF “penaliza” o produtor rural.

O presidente da FPA, deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), destacou a iniciativa do governo de negociar. Ele disse que a ideia é “resolver o futuro eliminando o passado”, referindo-se ao passivo acumulado com a suspensão do pagamento do Funrural nos últimos cinco anos.

Para Ronaldo Caiado (DEM-GO), o setor rural é mais uma vez chamado a cobrir o passivo fiscal. O senador defendeu urgência para projetos que mudem a sistemática do tributo:

— Vamos dar prioridade aos projetos e responder ao governo, para que saiba que o setor rural não está calado.

STF tomou decisão inconstitucional sobre fundo, afirma Flexa

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) registrou ontem a reunião conjunta das Comissões de

Agricultura do Senado e da Câmara, para discutir a decisão do STF sobre o Funrural.

O senador afirmou que o pagamento do Funrural constitui uma bitributação, já que esses produtores são obrigados a pagar o INSS dos funcionários.

— De acordo com o ministro da Agricultura, se somarmos os valores do Funrural, além dos juros e multas nos últimos cinco anos, a dívida do produtor que não recolheu representa entre 20% e 25% do faturamento bruto anual da propriedade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Simone Tebet sugere perdão integral da dívida retroativa

Simone Tebet (PMDB-MS) defendeu que o governo edite medida provisória

para retirar a incidência de juros e multa na cobrança do Funrural a ser pago retroativamente pelos produtores rurais pessoas físicas.

A senadora chegou a apontar como saída para esse impasse o perdão integral da dívida retroativa.

Ela sugeriu que seja dada ao produtor rural a opção de pagar a contribuição sobre o faturamento bruto ou fazer o recolhimento por trabalhador, na folha de pagamento.

— Quem sabe, quando o Brasil sair da crise, nós podemos extinguir o Funrural.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Projeto amplia isenção de IOF para pessoas com qualquer deficiência

A isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) pode beneficiar pessoas com qualquer tipo de deficiência, e não apenas as com deficiência física, como ocorre hoje. A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto de Romário (PSB-RJ) que amplia o benefício. O texto segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pelo texto, os deficientes devem comprovar a limitação por laudo emitido por profissionais de saúde, além de ter

carteira de habilitação especial reconhecida pelos Detrans. Atualmente a autorização é exclusividade dos departamentos de trânsito estaduais.

O relator, Hélio José (PMDB-DF), defendeu a proposta e lembrou que muitas vezes o beneficiário usa o veículo como passageiro.

— Vamos aprovar esse projeto e depois a CAE poderá avaliar as questões tributárias.

Para Telmário Mota (PTB-RR), o projeto desburocratiza e melhora as normas atuais.

Comissão aprova MP sobre regularização fundiária

Foi aprovado ontem, na comissão mista, o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre a medida provisória que trata da regularização fundiária rural e urbana. O texto abriu a possibilidade de o Incra efetuar o pagamento em dinheiro das terras desapropriadas para reforma agrária, e não apenas com títulos da dívida agrária (TDAs).

O PSOL apresentou voto em separado, citando movimentos e organizações que se posicionam contra a proposta (MP 759/2016). Para a deputada

Luiza Erundina (PSOL-SP), a medida favorece a grilagem.

— Tem que se fazer uma ampla e estrutural reforma agrária no país, e estão sendo feitos remendos para corrigir distorções, inclusive comprometendo a legislação que avançou ao longo das últimas décadas, e que não estava de todo implementada — disse.

Jucá afirmou que a postura do partido é equivocada.

— Não estamos incentivando grilagem, ao contrário. Estamos detalhando, regularizando, dando posse, legalmente, aos

que estão ocupando a terra.

Segundo o senador, o texto pretende diminuir os conflitos agrários e a burocracia, trazer melhorias e dar segurança jurídica para os que ocupam há anos terras em assentamentos do Incra ou de programas de reforma agrária.

Presidente da comissão, o deputado Izalci Lucas (PSDB-DF) afirmou que não há previsão de quando a MP será apreciada pelo Plenário da Câmara, mas disse esperar que ela entre na pauta o mais rápido possível.

Da Agência Câmara

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvio Burle

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Coordenador de Edição: Mikhail Lopes

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Senadores ouviram representante das administradoras, mas não se convenceram dos argumentos apresentados para manter a taxa elevada para o crédito rotativo

Comissão questiona juros de 494% no cartão

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem, os senadores questionaram as taxas de juros cobradas pelos cartões de crédito, especialmente no uso do crédito rotativo. Ataídes Oliveira (PSDB-TO), presidente da Comissão de Transparência, afirmou que quer conversar com as administradoras de cartões para tentar diminuir as taxas.

O crédito rotativo do cartão é usado por quem não paga o valor total da fatura na data de vencimento. O restante é automaticamente financiado e lançado no mês seguinte, com juros.

— O objetivo desta audiência é discutir por que se cobram 494% ao ano de juros dos cartões de crédito, o famoso rotativo. Isso se aproxima de uma taxa mensal de 50% ao mês, para uma taxa Selic que hoje está em 11,25%. Como se cobram quase 50% de juros ao mês? Essa é a pergunta que o consumidor brasileiro tem-

-nos feito no dia a dia aqui no Senado — disse Ataídes.

O senador comparou a taxa cobrada no Brasil com a de outros países: no Peru, está em 43,7% ao ano; na Argentina, em 43,29%; na Colômbia, em 30,45%; na Venezuela, em 29% e no Chile, em 24,5%.

Risco

De acordo com o diretor-executivo da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (Abecs), Ricardo de Barros Vieira, os emissores de cartão incentivam o pagamento integral da fatura, nunca o mínimo ou o rotativo. Ele disse ainda que, diferentemente de outros países, no Brasil os bancos assumem 100% do risco de inadimplência. Nos Estados Unidos, por exemplo, Ricardo disse que 30% do risco fica por conta dos comerciantes.

Segundo Vieira, em 2016 os brasileiros gastaram no cartão quase R\$ 1,2 tri-



Presidindo a sessão, Ataídes Oliveira (2º à esq.) criticou as altas taxas, que em boa parte dos países não chegam a 50%

lhão, dos quais cerca de R\$ 500 bilhões no débito e R\$ 700 bilhões no crédito. Cerca de 85% das faturas das compras a crédito foram pagas no vencimento e apenas 15% fizeram uso do rotativo.

Os senadores Ataídes, Jorge Viana (PT-AC), Dário Berger (PMDB-SC) e José Medeiros

(PSD-MT) não se convenceram com os argumentos do executivo. Ataídes pediu, então, uma reunião com as empresas do setor.

— Posso garantir, pela “indústria”, que ela está sempre aberta a discutir — disse Vieira.

A advogada da Proteste Associação de Consumidores, Sonia Amaro, afirmou que, em 2015, levou uma proposta ao Banco Central de limitar os juros até o dobro do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que é um empréstimo de curtíssimo prazo feito entre as instituições financeiras para sanarem seu caixa. No entanto, a proposta não foi aceita.

— A proteção do consumidor é um direito fundamental. Nós precisamos fazer valer esses princípios. Os juros praticados hoje ferem os direitos ao consumidor — afirmou Sonia.

Para o representante do

Ministério da Justiça, Kleber José Lopes, o grande problema é a falta de informação. Ele divulgou o curso gratuito de educação financeira, gratuito e pela internet, promovido pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor, do dia 2 a 18 de maio.

— O consumidor não tem a informação seja do valor dos juros, seja de como utilizar esse crédito — afirmou.

O senador Viana relatou a dificuldade em encontrar a taxa de juros nos sites dos bancos.

— Tem bandeira da Saraiva Livraria, Petrobras, Oi, Chevrolet Card e outras que chegam a 649% de juros ao ano e ninguém sabe. Não acontece nada. O Ministério da Fazenda não faz nada. O Banco Central não faz nada. A comissão está trazendo o assunto e vamos levar para o Plenário — criticou.

Lava Jato: senadores querem saber papel dos bancos

A Comissão de Transparência aprovou também ontem três requerimentos para realizar audiências públicas e auditorias.

O primeiro é sobre uma audiência para debater o papel dos bancos e das transportadoras de valores nos casos de corrupção apurados na Operação Lava Jato. O requerimento é do presidente da comissão, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

Serão convidados o presidente do Banco Central, Ilan Goldajn; o da Federação Brasileira dos Bancos, Pedro Moreira Salles; o diretor-presidente da Associação Brasileira de Transportadores de Valores, Marcos Emanuel Torres de Paiva, e o presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Antonio Gustavo Rodrigues.

A comissão aprovou ainda duas auditorias de iniciativa

do senador Ataídes Oliveira: a primeira na situação financeira do Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, etc) e a outra no Tribunal de Contas da União (TCU) e no Ministério da Transparência em relação aos balanços das empresas do Sistema S.

A comissão também leu o ofício com a indicação de Rodrigo Octávio Orair para ocupar o cargo de diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão do Senado.

Celulares 4G só estão presentes em 1.814 municípios, alerta Viana

Apenas 1.814 dos mais de 5 mil municípios brasileiros são atendidos pela tecnologia 4G. O alerta foi feito ontem pelo senador Jorge Viana (PT-AC), em reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Segundo ele, 575 cidades nem sequer são atendidas pelo sistema 3G, o que, disse, deixa seus habitantes excluídos do mundo digital.

A CCT aprovou, para envio ao Plenário, três requerimentos com pedidos de informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Todos de autoria de Viana, que pretende obter, por exemplo, dados dos indicadores de qualidade dos serviços, as metas e os índices alcançados pelas operadoras nos últimos anos, a velocidade média das conexões, a situação dos municípios atendidos pela Telebras, além de informações sobre progra-

mas do governo, como o Plano Nacional de Banda Larga.

— A situação é delicada porque há rapidez nas mudanças de tecnologias, e os esforços para modernizar nossa estrutura de rede não foram bem-sucedidos.

A situação da banda larga no Brasil foi a política pública escolhida pela CCT para avaliação em 2017. Viana é o relator do tema e lembrou que audiências públicas já começaram a ser feitas. Os requerimentos, afirmou, estão dentro do plano de atuação.

— Nesta primeira fase, nossa intenção é buscar informações precisas. Já iniciamos as audiências e estamos cumprindo nosso plano de trabalho.

Na reunião, os senadores também leram quatro relatórios sobre outorgas de serviços de radiodifusão e aprovaram ofícios sobre mudanças de controle societário de empresas.

Aprovadas normas de prestação de serviços públicos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem a criação de um código de proteção e defesa do usuário dos serviços da União, estados e municípios. A proposta, entre outros pontos, disciplina prazos e condições para abertura de processo administrativo para apurar danos causados por agentes públicos.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), acatou integralmente o substitutivo (SCD 20/2015) aprovado pela Câmara ao Projeto de Lei do Senado (PLS 439/1999) que propôs esse código. O projeto segue agora para votação no Plenário.

Direitos e deveres

As regras são válidas para Executivo, Legislativo e Judiciário, além de Ministério Público, advocacia pública e empresas autorizadas a prestar serviços em nome do governo.

Além de estabelecer direitos e deveres dos usuários, o

texto define que o processo administrativo para apurar danos será aberto de ofício ou por iniciativa de qualquer usuário e instituição de defesa do consumidor e deverá ser concluído em cerca de 60 dias.

Cada poder público deverá publicar anualmente quadro com os serviços prestados e seus responsáveis e cada prestador detalhará os requisitos, documentos e informações necessárias para prestação do serviço, além de prazo para atender a demanda e etapas do processo.

Pelo texto, as diretrizes básicas para prestação de serviço público são: acessibilidade, urbanidade, respeito e cortesia no atendimento.

A proposta também regulamenta os conselhos de usuários — órgãos consultivos para acompanhar a prestação de serviços e a atuação das ouvidorias — e estabelece as funções das ouvidorias, obrigando-as a enviar em até 60

dias as decisões aos usuários.

O projeto prevê avaliação anual dos serviços públicos com relação à satisfação do usuário; à qualidade do serviço prestado; ao cumprimento de compromissos e prazos; ao número de reclamações; e a melhorias feitas pela administração pública para aperfeiçoar o serviço.

Avaliação

Essa avaliação deverá ser divulgada no site de cada órgão, assim como um ranking dos órgãos públicos quanto à qualidade do atendimento ao usuário.

A proposta terá diversos prazos para entrada em vigor: em 360 dias da publicação, para União, estados, Distrito Federal e municípios com mais de 500 mil habitantes; em 540 dias para municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes. O prazo de adaptação contará 720 dias para os municípios com menos de 100 mil habitantes.

Comissão acata legalização de casamento homoafetivo

Segue agora para o Plenário projeto que permite, em lei, a conversão em casamento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, o que hoje já ocorre, mas ainda precisa da autorização de juízes

O RECONHECIMENTO LEGAL da união estável entre pessoas do mesmo sexo foi aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em turno suplementar. O texto foi acatado na forma do substitutivo de Roberto Requião (PMDB-PR) ao PLS 612/2011, de Marta Suplicy (PMDB-SP). A proposta, terminativa na comissão, poderia seguir para a Câmara dos Deputados, se não houvesse recurso para análise em Plenário, apresentado por Magno Malta (PR-ES).

Segundo Malta, o Plenário do Senado acabará com “essa aberração”. O senador afirmou que nada tem contra os homossexuais e que mantém respeito aos que “fazem essa opção”. Eduardo Amorim (PSDB-SE), Eduardo Lopes (PRB-RJ) e Wilder Moraes (PP-GO) também anunciaram votos contrários ao projeto.

O substitutivo havia sido aprovado em primeiro turno no último dia 8 de março. Atualmente, o Código Civil reconhece como entidade familiar “a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”. Com o projeto de Marta, a lei será alterada para estabelecer como família “a união estável entre duas pessoas”, mantendo o restante do texto do artigo.

O projeto determina ainda que a união estável “poderá converter-se em casamento, mediante requerimento formulado dos companheiros ao oficial do Registro Civil, no qual declarem que não têm impedimentos para casar e indiquem o regime de bens que



Para Marta, autora do projeto, aprovação do texto de Requião é um avanço

passam a adotar, dispensada a celebração”.

A conversão em casamento da união estável entre pessoas do mesmo sexo já é autorizada por juízes. No entanto, há casos de recusa, fundamentada na inexistência de previsão legal expressa. O projeto de lei tem como objetivo eliminar as dificuldades nesses casos, mas não permite o chamado “casamento direto”, em que o casal passa por um processo de habilitação, mas não precisa comprovar união estável.

Adequação

No relatório que acompanha o substitutivo, Requião lembrou decisão de 2011 do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconhece o direito à formalização da união entre casais do mesmo sexo. Ele observou, no entanto, que é responsabilidade do Legislativo adequar a lei em vigor ao entendimento consagrado pelo STF.

Malta apresentou emenda ao texto, rejeitada pelo relator, para manter o instituto do casamento, no Código Civil, apenas como ato entre um

homem e uma mulher.

Para rejeitar a emenda, Requião reafirmou que a interpretação do STF relativa ao dispositivo constitucional sobre o casamento atribui aos pares homossexuais o direito ao casamento civil. Sustentou que esse é o princípio a ser admitido em lei, ainda que Malta resista à ideia com base em “princípios morais que não admitem o casamento homoafetivo”.

Vitória

Marta comemorou a aprovação do substitutivo na CCJ.

— Finalmente nós temos no país não apenas uma vitória, mas um avanço extraordinário. Desde 2008, nós tentamos aprovar o casamento homoafetivo, primeiro na Câmara, onde passou pelas comissões e está até hoje no Plenário. E hoje conseguimos aprovar o projeto na CCJ, com relatório do senador Requião, que dá um passo muito grande em relação à situação que hoje vivem as pessoas do mesmo sexo que desejam ter uma união sacramentada, um casamento, na verdade.

Plano de metas busca diminuir mortes no trânsito

Um projeto de lei que cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans) foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e segue para votação em Plenário. O documento orientará ações e programas para diminuição dos índices de acidentes no país e submeterá os estados a metas anuais. O objetivo é a redução de pelo menos 50% das mortes em dez anos.

O PLC 47/2016 determina que o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) estabeleça metas anuais de redução de mortes para todos os estados, em duas classificações: mortes

por grupo de habitantes e mortes por categoria de veículo.

O relator, Roberto Rocha (PSB-PE), apresentou emenda para assegurar punição aos estados que não cumprirem a meta mínima de redução de mortes. Segundo a proposta do senador, esses estados terão que duplicar a sua contribuição ao Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito a cada ano que passarem sem cumprir a meta.

Em seu relatório, Rocha observa que, além de causarem a perda de vidas, os acidentes de trânsito têm altíssimo custo social. Em 2014, segundo ele, o país perdeu 43,7 mil pesso-

as e cerca de 600 mil ficaram com sequelas permanentes. No mesmo ano, os acidentes consumiram R\$ 56 bilhões em gastos de atendimento, infraestrutura e produtividade.

José Pimentel (PT-CE), João Capiberibe (PSB-AM), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Ana Amélia (PP-RS) e Lídice da Mata (PSB-BA) destacaram a importância do projeto, que foi apresentado na Câmara em 2014 pelo então deputado Beto Albuquerque. Referindo-se ao número de mortos em acidentes de trânsito, Ana Amélia disse que “cada fim de semana no Brasil é uma guerra civil”.

Vão a votação suplementar penas mais duras pelo uso de menor em crimes

O adulto que usar criança ou adolescente para a prática de crimes poderá ter a pena aumentada até o dobro do estabelecido pelo Código Penal, de acordo com projeto (PLS 219/2013) de Aécio Neves (PSDB-MG) aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Os senadores acolheram em decisão final o substitutivo do relator, José Pimentel (PT-CE), que ainda será submetido a turno suplementar de votação.

O substitutivo prevê também a aplicação excepcional

a pessoas entre 18 e 26 anos de idade de dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Entre eles, o que permite a internação do menor, por crime hediondo por até oito anos, mas com liberação compulsória quando o infrator completa 21 anos de idade. Nesse caso, o limite passa para os 26 anos.

O projeto permite ainda a adoção do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para construção e reforma de estabelecimentos de atendimento socioeducativo.

Segue para o Plenário projeto que extingue os autos de resistência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto que retira o artigo sobre o auto de resistência do Código de Processo Penal (PLS 239/2016). A nova redação determina que os agentes do Estado poderão usar, moderadamente, dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência à prisão. Havendo feridos ou mortos no confronto com as forças de segurança, será obrigatoriamente instaurado inquérito policial, devendo a autoridade

preservar o que possa interessar à perícia, como local, armas e veículos.

O projeto segue para o Plenário. O objetivo é combater a impunidade de policiais. O texto foi relatado por Lídice da Mata (PSB-BA) e é fruto da CPI do Assassinato de Jovens, encerrada em 2016. Lídice apresentou emendas sugeridas por Simone Tebet (PMDB-MS), como a que garante que a vítima ou seu representante legal indique assistente técnico para acompanhar o exame de corpo de delito.

Avança texto que permite que oficial volte à polícia após mandato eletivo

Foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a PEC 113A/2015, que altera o sistema político-eleitoral. O texto é um substitutivo do relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que optou por desmembrar a PEC, levando em consideração só pontos sobre os quais havia consenso: a redução de idade mínima para governador e vice, dos atuais 30 para 29 anos, e a autorização para que policiais e bombeiros retornem aos seus cargos após o fim de mandatos eletivos. A

PEC vai para o Plenário.

Segundo Valadares, diante de temas tão polêmicos, seria contraproducente tentar aprovar todas as mudanças previstas inicialmente de uma só vez. A proposta trata, por exemplo, de assuntos como fim da reeleição no Executivo, limitação para acesso ao Fundo Partidário e apresentação de projetos de iniciativa popular, temas sem consenso.

A PEC já havia passado pela CCJ e entrado na pauta do Plenário, mas Valadares pediu o retorno dela à comissão.

Senado avalia proposta que proíbe extinção dos tribunais de Contas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a PEC 2/2017, que estabelece os tribunais de Contas como permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública. A proposta vai para o Plenário.

A PEC é de Eunício Oliveira (PMDB-CE), presidente do Senado, que objetiva proibir a extinção desses órgãos.

O texto recebeu relatório favorável de Jader Barbalho (PMDB-PA), que disse que essas instituições são “indispensáveis à concretização da

própria ideia de Estado de direito”. O parecer foi lido por Eduardo Amorim (PSDB-SE).

A PEC impede a extinção dos tribunais de Contas dos Estados, dos Municípios e também os municipais. Os dois últimos não se confundem: o Tribunal de Contas dos Municípios tem competência para fiscalizar contas de todos os municípios do estado. Já o Tribunal de Contas Municipal se detém exclusivamente ao município em que foi criado. Só duas cidades têm seus tribunais: Rio e São Paulo.